

## A MANIFESTAÇÃO DA INDISCIPLINA EM SALA DE AULA

LÚCIA MARIA MATOS SILVA SANTOS<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a indisciplina, suas principais causas, diferentes manifestações e quem contribui para o aumento de tal problema, citam caminhos favoráveis para a postura indisciplinar, onde se estende do ambiente familiar até a instituição escolar. Destaca que a sociedade com os seus meios acabam influenciando para o ato indisciplinar. O comportamento agressivo do aluno pode se manifestar de inúmeras formas e os educadores podem ter dificuldade de perceber determinados fatores que contribuem para a indisciplina em sala de aula. Sabe-se que a instituição escolar está inserida em um contexto formado pela tríade escola, aluno e família, ou seja, ela não está isolada, pelo contrário, está inserida em um contexto que sofre influência direta de uma comunidade. Baseado em estudo bibliográfico procura destacar algumas sugestões para o professor repensar a sua prática enquanto mediador do conhecimento, para a escola considera a importância da convivência dentro da instituição e como ela tem função de formar o aluno autônomo e crítico, com ajuda e responsabilidade dos pais que devem assumir seu papel com autonomia.

**Palavras-chave:** Indisciplina na Escola. Causas da Indisciplina. Prevenções. Família.

*Abstract:* This article analyzes the indiscipline, its main causes, different manifestations and who contributes to the increase of such problem, mention favorable paths for the disciplinary position, where it extends from the familiar environment to the school institution. It emphasizes that society with its means end up influencing to the disciplinary act. Student aggressive behavior can manifest itself in a number of ways and educators may find it difficult to perceive certain factors that contribute to indiscipline in the classroom. It is known that the school institution is inserted in a context formed by the triad school, student and family, that is, it is not isolated, but is inserted in a context that suffers direct influence of a community. Based on a bibliographical study, it seeks to highlight some suggestions for the teacher to rethink his practice as a mediator of knowledge, for the school considers the importance of coexistence within the institution and how it has the function of forming the

autonomous and critical student, with the help and responsibility of the parents Which must assume their role with autonomy.

**Keywords:** Indiscipline in the School. Causes of Indiscipline. Preventions. Family.

## **Introdução**

---

<sup>1</sup>Doutora e Mestre em Ciências da Educação. Licenciada em Arte, Comunicação e Expressão, Matemática e Pedagogia. Psicopedagoga. Articuladora de Linguagens da Rede Municipal de Simões Filho e professora na Rede Municipal em Dias d' Ávila – Bahia. E-mail. [luciamar.21@hotmail.com](mailto:luciamar.21@hotmail.com)

A indisciplina aparece com mais frequência quando gerada em situações de autoritarismo do professor ou como expressão de sua falta de autoridade.

O conceito de indisciplina não é estático, uniforme e tampouco universal, é um ato que leva o educando a desordem, desobediência, se manifesta no contexto cultural, os discentes tentam resistir a essa cultura para impedir o trabalho escolar.

Pois, toda moral pede disciplina, mas nem toda disciplina é moral. O que há de amoral em ordenar para permanecer em silêncio horas a fio ou fazer fila? Nada, evidentemente. Entretanto, ao se abordar a questão da disciplina pela dimensão da moralidade não está se pensando que toda indisciplina seja condenável moralmente falando, nem que o aluno que segue as normas escolares de comportamento seja necessariamente um amante das virtudes. Mas, ainda, certos atos de indisciplina podem ser genuinamente morais, por exemplo, quando um aluno é humilhado, injustiçado e se revolta contra as autoridades que o vitimaram. Portanto, é necessário que haja o cuidado em condenar a indisciplina sem ter examinado a razão de ser das normas impostas e dos comportamentos esperados.

Feitas estas ressalvas, é claro que exista uma ligação entre a disciplina em sala de aula e a moral. Primeiro, porque tanto a disciplina como a moral colocam o problema da relação do indivíduo com um conjunto de normas. Entretanto, porque vários atos de indisciplina traduzem-se pelo desrespeito, seja ao colega, seja ao professor, seja contra a própria instituição escolar (deprecação das instalações etc.).

Os aspectos desrespeitosos provocados por certos comportamentos discentes preocupam, no mais alto grau os educadores. Muitos docentes têm medo de entrar em sala de aula, não simplesmente por temerem a falta de êxito na tarefa de ensinar, mas, sobretudo, porque já pressupõem que receberão tratamento agressivo por parte de seus

alunos, gerando a indisciplina que, frequentemente é sentida como desmotivadora.

O comportamento agressivo do aluno pode se manifestar de inúmeras formas e os educadores podem ter dificuldade de perceber determinados fatores que contribuem para a indisciplina em sala de aula. Sabe-se que a instituição escolar está inserida em um contexto formado pela tríade escola, aluno e família, ou seja, ela não está isolada, pelo contrário, está inserida em um contexto que sofre influência direta de uma comunidade.

Não se pode ignorar que na atualidade, no cenário da vida social, as pessoas sofrem com a exploração, alienação e massificação dos meios de comunicação. Em decorrência disso, são ressaltados os valores do individualismo, do consumismo e da competição, legitimados pelos meios de comunicação social, enquanto principais veículos de divulgação da ideologia que renega a educação para o segundo plano, na mentalidade familiar.

Vale ressaltar que a família é diretamente atingida por este modelo social, principalmente as famílias desprovidas de bens financeiros que sofrem desagregação pela carga excessiva de trabalho, sendo obrigadas, a trabalhar para sua sobrevivência, abrindo mão de elementos fundamentais ao seu equilíbrio, a exemplo do acompanhamento da vida escolar dos seus dependentes.

Entretanto a escola, por sua vez, sofre os reflexos de um modelo social, perceptível, precário, nas condições materiais, nos baixos salários da sua equipe de profissionais, dentro outros reflexos, que geram certo descrédito no seu desempenho, transformando-a num “faz-de-conta”. Portanto, a sociedade, a família e a própria escola refletem fatores que contribuem para a indisciplina na sala de aula.

Pois, de acordo com Vygotsky, a família é entendida como o primeiro contexto de socialização, indubitavelmente, grande influência sobre a criança e o adolescente, pois as atitudes dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam o comportamento da criança e adolescente na escola.

A disciplina no contexto escolar é entendida como professor e escola precisando junto resgatar sem autoritarismo, mas com autoridade, estabelecendo uma relação transparente com toda comunidade escolar.

Na visão do professor, o aluno disciplinado é aquele que faz o que o professor deseja. Repentinamente, a vontade do professor é que o aluno fique quieto, assista às aulas com atenção, faça todas as atividades, mostre que assimilou “direitinho” o que aprendeu etc. e, dessa forma, o professor se sente realizado. Isto porque a sua

competência será medida de acordo com o bom domínio da classe, diante dos meios metodológicos utilizados para alcançar tal resultado.

Vasconcellos (1995:31) resume que os diversos envolvidos na relação escolar percebem a indisciplina na sala de aula de forma diferente, a depender dos objetivos de cada um:

“professor: o aluno deve ficar quieto, para que ele possa dar sua aula;  
Aluno: terminar logo a aula, ter nota;  
Administração: não ter problemas,  
Pais: filho passar de ano”.

Note que o conceito de disciplina vem associado ao controle do comportamento e a obediência. E para isto somente resta à escola uma solução: lembrar e fazer lembrar em alto e bom tom a seus alunos e à sociedade como um todo que sua finalidade principal é a preparação para o exercício da cidadania.

“E para ser cidadão, são necessários sólidos conhecimentos, memória, respeito pelo espaço público, um conjunto mínimo de normas de relações interpessoais, e diálogo franco, culto, olhares éticos”. (EA TAILLE 1992:23).

O estudo sobre a indisciplina na sala de aula envolve, portanto, a análise de múltiplos aspectos, tais como:

As estruturas de poder na escola;

As pressões e expectativas dos pais;

As concepções dos professores em relação à construção do conhecimento, dentre outros.

Para fortalecer esta reflexão sobre a disciplina/indisciplina em sala de apresenta-se abaixo indagações voltadas para uma reflexão/ação dos educadores:

- O que impede de avançar na busca de novas formas de organização, novas, formas de pensamento, novas formas de transmissão de conhecimentos?
- Até que ponto os professores continuarão temendo a indisciplina, desobrigando-os com isso da tarefa de enfrentá-la criativamente?

## **1.1 Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola**

Ao se verificar o sentido que a Língua Portuguesa reserva para os conceitos de indisciplina, disciplina e violência serão encontradas algumas definições, tais como: “todo ato ou dito contrário à disciplina leva à desordem, à desobediência, à rebelião”, e em conseqüência constituir-se-á em indisciplina. A disciplina enquanto “regime de ordem imposta ou livremente consentida que convenham ao funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, etc.)” implica na observância a preceitos ou normas estabelecidas. A violência, por sua vez, é caracterizada por “qualquer ato violento que no sentido jurídico provoca uso da força, constrangimento físico ou moral”. Escola: espaço de violência e indisciplina.

Refletir a escola enquanto espaço de violência e de indisciplina, é percorrer por um movimento ambíguo: de um lado, pelas ações que visam ao cumprimento das leis e das normas determinadas pelos órgãos centrais e, de outro, pela dinâmica dos seus grupos internos que estabelecem interações, rupturas e permitem a troca de ideias, palavras e sentimentos numa fusão provisória e de conflitos.

A instituição escolar não pode ser vista apenas como reprodutora das experiências de opressão, de violência e de conflitos advindos do plano macroestrutural.

Vale ressaltar que, apesar dos mecanismos de reprodução social e cultural, as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina.

Para dar-se conta de algumas formas de violência e de indisciplina que dinamizam a vida cotidiana da escola, é preciso apreender na ambiguidade desses fenômenos e seus modos específicos de manifestações.

Não é objetivo valorizar esteticamente a violência nem defender uma escola sem regras e limites, mas apontar a existência de uma lógica interna aos fatos que ofereça pistas para serem encontradas alternativas pedagógicas de negociação com os conflitos.

A escola como qualquer outra instituição está planificada para que as pessoas sejam iguais. Há quem afirme: “quanto mais igual, mais fácil de dirigir”.

A homogeneização é exercida através de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que esquadriham o tempo, o espaço, o movimento, gestos e atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impedindo aos seus corpos de uma atitude de submissão e docilidade.” (GUIMARÃES, 1992:66).

Assim como a escola tem esse poder de dominação que não tolera as diferenças, também é recortada por formas de resistência que não se submetem às imposições das normas do dever-se. Se ensinar é mais do que transmitir conteúdos, ou seja, é poder

gerir relações com o saber, à aprendizagem implica uma tensão, uma violência para aprender.

A sala de aula é o lugar onde se tece uma complexa rede de relações. Mas na medida em que o professor não consegue perceber essa teia, concentra os conflitos na sua pessoa ou em alguns alunos, não os deslocando, portanto, para o coletivo.

Dessa forma, cada um passa a ser movido por uma ordem, por uma obrigação que é imposta e não incorporada.

O professor imagina que a garantia do seu lugar se dá pela manutenção da ordem, mas a diversidade dos elementos que compõem a sala de aula impede a tranquilidade da permanência neste lugar.

Ao mesmo tempo em que ordem é necessária, o professor desempenha um papel violento e ambíguo, pois, se de um lado tem a função de estabelecer os limites da realidade, das obrigações e das normas, de outro desencadeia novos dispositivos para que o aluno, ao se diferenciar dele, tenha autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sobre sua própria vida.

O grande problema talvez esteja no fato de o professor se concentrar apenas na sua posição normalizada achando que, com isso, ele conseguirá eliminar os conflitos.

A efervescência da sala de aula marcada pela indiferença pela instabilidade e pela precariedade aponta para a inutilidade de um controle totalitário, pois os alunos buscam de modo espontâneo e não planejado o querer viver que, por ser irreprimível, impede a instalação de qualquer tipo de autoritarismo. Quanto maior a repressão maior a violência dos alunos em tentar as forças que assegurem sua vitalidade enquanto grupo.

Quando o professor experimenta a ambiguidade do seu lugar, consegue, juntamente com os alunos, administrar a violência intrínseca ao seu papel. Isso não significa que a paz reinará na escola, mas que os alunos e professores, por força das circunstâncias, serão obrigados a se ajustar e a formular regras comuns - os limites de fechamento e de tolerância.

Portanto, nem autoritarismo e nem abandono. O professor tem o seu lugar limitador, mas também abre brechas que permitirão o aluno negociar e viver com mais intensidade e misteriosa relação que une o lugar escola e os alunos.

Na sua ambiguidade, a indisciplina não exprime apenas ódio, raiva e vingança, mas também uma forma de interromper as pretensões do controle homogeneizado imposto pela escola.

O objetivo de eliminar a violência e a indisciplina ou de colocá-las para fora do

espaço escolar faz com que se perca a compreensão da ambiguidade desses fenômenos que, entre a ordem e o ordenamento, restauram a unicidade do grupo e instalam uma tensão permanente.

Portanto, nem uma liberação geral, nem uma ordem absoluta têm eficácia sobre o movimento dos diferentes grupos que compõem o território escolar e que obedece às leis próprias.

Mas quando a escola se enrijece, aplicando uma lei única para todos os casos, o coletivo se desestrutura porque a discordância deixa de ser objeto de negociação, enfraquece os vínculos da trama social e começa a ser tratado por especialistas.

É preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas para os jovens adolescentes que hoje frequentam as escolas.

A organização escolar dos programas e das aulas, a arquitetura dos prédios e sua conservação não podem estar distantes do gosto e das necessidades dos alunos, pois, quando a escola não tem significado para eles, a mesma energia que leva ao envolvimento, ao interesse, pode transformar-se em empatia ou explodir em indisciplina e violência.

É preciso deixar de acreditar que paz signifique ausência de todo conflito. Os múltiplos confrontos e o viver ambíguo (entre a harmonia e o conflito) integrado a uma ação coletiva, não atomizada, são os fatores que concretizam a paixão do estar junto, o gostar da escola, ainda que apenas para encontrar os amigos.

## **1.2 Um novo olhar na indisciplina**

*“Eu sempre sonho que uma coisa gera, nunca nada está morto”. O que não parece vivo, aduba. O que parece estático espera. (Adélia Prado).*

Olhando-se o problema da indisciplina é muito mais profundo e complexo do que a superficialidade com que tem sido considerado nas escolas. É preciso aprofundar o conhecimento das causas da indisciplina e conhecer as raízes dos problemas daqueles que são rotulados de indisciplinados, depois, é muito importante o posicionamento em relação a questões como: O que é a escola? Tem ambiente silencioso, sem nenhum vestígio de comportamento infantil, ou um ambiente social vibrante, que comunica alegria e predispõe a concentração de todo o esforço no ato de aprender? Pensar-se que não ser ideais alunos encaminharemos para a sala de aula perfilada, sentarem-se

simultaneamente e dirigirem o olhar na mesma direção, como se fossem robôs ou intencionalmente robotizados.

Nem sempre o silêncio é revelador de disciplina ou garantia de aprendizagem. No entanto, a disciplina do silêncio é amplamente divulgada em nossas escolas. Não se apercebem de que o "barulho" pode ser fruto da participação ativa das tarefas escolares, expressão de energia e do entusiasmo próprios da idade. Cabe ao professor ser o orientador e o incentivador dos alunos para quererem aprender, como também orientar o relacionamento de todos no grupo, estabelecendo um clima de sala de aula ao mesmo tempo calmo e desafiador.

Muitos professores sentem dificuldades em trabalhar com os alunos quando eles não estão em silêncio, travando verdadeiras batalhas na tentativa de obter deles o comportamento tido como disciplinado e coerente com a metodologia tradicional e pouco criativa, onde não são consideradas as diferenças individuais, o ambiente próprio do adolescente, as suas dificuldades em situar-se no ambiente escolar.

Deste modo, o não silêncio é encarado como algo perturbador, que atrapalha o trabalho do professor e dos demais colegas, quando, na realidade, deveria ser aproveitado toda a energia do aluno e canalizada para o desenvolvimento de formas alternativas de comportamento. Essa postura pedagógica requer do professor esforços redobrados.

A escola precisa evitar a rotina e a mecanização, pois esses aspectos se constituem, muitas vezes, em causas do desinteresse, podem gerar a indisciplina, causando o insucesso do aluno na aprendizagem. O fato de o aluno não aprender e, conseqüentemente, o seu insucesso, podem causar a indisciplina.

Por outro lado, não raro ao avaliar os alunos, considera-se tanto a disciplina pessoal quanto o rendimento escolar, confundindo-se o desempenho intelectual com a postura comportamental.

Recursos pedagógicos como a realização de trabalhos escolares são utilizados, não como oportunidades para o aluno superar suas deficiências de conhecimento, mas como formas de castigo por "mau comportamento".

Precisa-se de alunos que sintam que é preciso aprender a se comportar, respeitando seus companheiros, e que reconheçam que há momentos em que é necessária concentração e esforço para aprender.

Isto não significa aluno passivo e silencioso o tempo todo, mas o aluno concentrado numa atividade significativa e interessante. Aluno interessado é aluno

“disciplinado”.

O aluno que é deixado de lado, ocupado com tarefas que não lhe interessam, pode tender para duas atitudes externas: ou se acomoda, não chamando a atenção, ou se tornam revoltado e agressivo, chamando a atenção de todos para ser ouvido. No primeiro caso, é ignorado, pois não incomoda ninguém; no segundo, é punido e repudiado por todos. Em ambos os casos, o resultado é um só: a exclusão da escola, engrossando as estatísticas da evasão escolar.

Compreende-se que é fundamental que a escola estabeleça relações e regulamentos para que o trabalho educativo seja realizado de forma organizada e coerente. Entretanto, o que se preocupa é que tais normas partem quase sempre do nível institucional da organização escolar, sem a participação do aluno e, muito menos, sem levar em conta a sua realidade sócio- cultural. Não se pode aqui discutir a legitimidade ou não dessa participação, mas o que se quer deixar claro é que a escola se organiza nesses regulamentos como um meio de resguardar a segurança de todos e estabelecer os limites de cada um, isto é, estabelecendo uma sistemática de funcionamento que permita a sua continuidade enquanto agência educativa.

Há necessidade que haja o envolvimento de todos em contribuir para a organização de um ambiente agradável e alegre, onde as pessoas se sintam bem e sejam estimuladas a cooperar, reduzindo os problemas gerados pela falta de recursos materiais e humanos que são a tônica dominante em nossas escolas. Assim, a atuação do professor é de suma importância diante do adolescente e da escola como um todo. A ele cabe orientar o educando, levando-o a compreender que certas normas da escola não são imposições e tem como objetivo ajudá-lo a garantir os seus direitos e deve ser respeitado para criar condições de trabalho, manter o ambiente limpo, tranquilo, agradável, bonito, dispor de material em perfeitas condições de uso.

A própria existência da escola como instituição já traz embutido o conceito de ordem e, nesse sentido, a necessidade de disciplina. “Eu entro na escola e tenho que aceitar suas normas” Isso pode ser mais fácil para o adulto, mas para a criança, o adolescente pode ser muito complicado. “A escola necessita trabalhar para que o adolescente e a criança sejam livres”, sabendo dos seus limites para fazer um bom uso da liberdade. Para tanto, deve-se identificar com crianças e adolescentes que chega até ela (escola) e, neste caso, o comportamento do professor é uma das condições para orientação do comportamento do aluno.

A escola deve organizar-se para trabalhar de forma científica, através de

propostas concretas de ação que possibilitem a todos os educadores alcançar os objetivos educacionais. Isso implica criar as condições físicas e psicológicas favoráveis para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra com sucesso. Está implícita nesse trabalho educativo a orientação do comportamento dos educadores, uma vez que a prática pedagógica se faz entre seres humanos que se reúnem na escola para a conquista do saber e a troca de experiências. À medida que o diálogo se estabelece, é possível ao professor penetrar no mundo da criança e do adolescente para melhor conhecê-los e envolvê-los no processo educacional, tornando-se acessíveis à influência do professor.

Por outro lado, é evidente que a vida em sociedade requer um tipo de comportamento adaptativo e que para ajustar-se ao indivíduo terá que submeter-se as regras, às pessoas, as situações. O que se preocupa é a passividade a que isso pode conduzir, desenvolvendo atitudes conformistas, de falta de iniciativa e de criatividade, quando se sabe que, muitas vezes, o sucesso depende da capacidade de alguém de rebelar-se, de não se submeter, de questionar o estabelecido, de desafiar as regras, abrindo seus próprios caminhos e impondo-se como ser racional.

Professores e educadores em geral devem rever os seus planos, recolocar os seus objetivos e, acima de tudo, reconsiderar a sua própria conduta, pois bom comportamento só é incorporado quando vivido em situações concretas da vida cotidiana.

A compreensão de que a disciplina é importante na escola, não apenas como um conjunto de normas que organizam o ambiente escolar, mas também como objetivo educacional a ser atingido, é fundamental para orientar a ação pedagógica.

Faz-se, necessário que se tenha um novo olhar para a educação e a indisciplina para que se possa começar uma transformação na escola, desmistificando o conceito de (in) disciplina e colocando-o em sintonia com o que realmente se pretende alcançar frente à educação, a fim de que nossos adolescentes possam desenvolver-se plenos e conscientes tornando-se cidadãos dignos, responsáveis para este novo século.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação é, sem dúvida, uma vertente prioritária em qualquer sociedade, sendo um fator de desenvolvimento sócio – econômico, ou seja, a educação é um componente fundamental para o desenvolvimento sócio - econômico, político dos cidadãos e da sociedade.

O mundo conheceu, durante o último século, um desenvolvimento econômico sem precedentes. Estes avanços se devem, em grande parte, à ciência e a educação. Daí a necessidade de definir a educação, não já apenas nas perspectivas dos seus efeitos sobre o crescimento econômico, mas de acordo com uma visão mais alargada: a do desenvolvimento humano.

Freud, na contramão, acreditava que o homem tem inerente a si uma natureza agressiva, violenta, pois tende-se a destruir uns aos outros para que não se destrua a nós mesmos.

Existem comportamentos assumidos por pais e educadores que contrariam a educação disciplinar e demonstram atitudes patológicas de quem se impõe como superior. Uma dessas atitudes e a que mais revolta o educando é a superautoridade, onde se faz uso de um autoritarismo que coloca para o educando limites muito curtos que o impossibilitam vivenciar do seu jeito o mundo que o cerca, além de muitas vezes exigir dele atitudes que estão acima de suas possibilidades. Uma ou outra atividade igualmente prejudicial, apesar de oposta à anterior, é a super-permissividade, que consiste em deixar o educando sem limites claros, possibilitando que ele vivencie o mundo, mas sem um balizamento, o que gera uma profunda sensação de insegurança e abandono. A terceira atitude é a super-indulgência, que seria a preocupação exagerada em satisfazer as necessidades do educando a fim de que ele não se frustre. Esse procedimento muitas vezes leva o educando a se tornar incapaz de enfrentar o mundo sozinho, podendo, inclusive, ocasionar-lhe um comportamento neurótico. Acredita-se, por tanto, ser fundamental uma correta educação disciplinar para o equilíbrio da personalidade do educando. Assim, fazer uso com sabedoria da advertência verbal, da retirada de privilégios, bem como conhecer o processo pelo qual o educando está passando é da maior importância para fazer-se uma educação disciplinar que respeite a personalidade e a individualidade do educando.

A compreensão do processo de construção da moralidade do educando pelo adulto possibilitam ao menos teoricamente, a organização das condições necessárias para que ele venha a construir os princípios morais que regem toda e qualquer sociedade, a partir da elaboração e estruturação dos estágios do desenvolvimento moral.

A reflexão conjunta entre pais e professores sobre o significado dos conceitos morais implica num processo de reconstrução desses valores, sem o qual não se pode desenvolver um trabalho junto ao educando voltado para a construção da moralidade.

Tendo em vista que a educação foi pautada pelo medo, pela obediência cega e que, evidentemente, não seria essa a forma que se utilizaria para educar os filhos e educandos, devem-se procurar construir outra forma de educar e isso significa que pais e professores devem reconstruir seus próprios valores. Tem-se que retomar o significado dos conceitos morais e sociais que foram transmitidos como valores instrumentais e encontrar juntas formas alternativas para trabalhar com o processo de desenvolvimento da moralidade.

O educando, como ser social, vive em uma sociedade normativa e tem que se adaptarem às normas, leis, regras, valores, hábitos e costumes que a regem. Essa adaptação é interpretada, na maioria das vezes, como sendo a obediência às leis, sem levar-se em consideração o processo pelo qual se desenvolve e se constroem o respeito para com essas normas, regras, leis e valores, extremamente necessário a uma convivência social, ao processo de socialização e ao processo de construção da autonomia moral. Essa autonomia poderá ser abordada de maneira real partindo das interações sociais, ou, de uma forma ilusória, resultante das lições de moralidade em que os princípios morais não são discutidos, questionados e construídos, mas tidos como valores instrumentais que devem ser transmitidos como verdades universais.

Estipular normas para o educando é prepará-lo para conviver com o mundo e suas diferentes realidades e também é uma forma de ajudá-lo a se organizar afetivamente, aprendendo, por exemplo, a saber, escolher e priorizar suas vontades. Sem regras o educando se torna déspota. Seu desejo é lei. Ele não aprende a conviver com os diferentes, mas regras e limites ele irá necessitar. Isso porque ainda tem muita dificuldade para organizar sua rotina, seu comportamento e suas emoções.

Se desde cedo o jovem aprende que há limites a serem respeitados, aos poucos ele próprio vai compreendendo que as regras são como contratos estipulados para que todas as partes sejam beneficiadas.

Mas se conseguir que a maioria aprove as regras será uma grande vitória e um comprometimento mútuo. E neste caso o professor terá pouco trabalho na exigência da disciplina na escola e, conseqüentemente, na sala de aula. Em vez de ser uma obrigação, há um comprometimento de todos.

Portanto, busca-se construir uma nova disciplina “que deixe de ser a expressão das relações sociais alienadas”. O objetivo é conseguir o autogoverno dos sujeitos participantes do processo educativo, onde haja o desenvolvimento da autonomia e da solidariedade, ou seja, as condições para uma aprendizagem significativa, crítica,

criativa e duradoura. Almeja-se uma disciplina consciente e interativa, marcada pela participação, respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, formação do caráter e da cidadania.

## REFERÊNCIAS

ABUD, M. J. Milhrezi; Romeu, Sônia Aparecida. A problemática da disciplina na escola: relato de experiência. In: D'ANTOLA, Arlette (org.). Disciplina na escola. São Paulo: EPU, 1989, p. 79-89.

BENAVENTE A. O debate sobre indisciplina na escola. Revista da Associação de Sociologia e Antropologia da Educação Porto Alegre: Edições aprontamento, n. 2. P. 141-170. 1994.

DIEZ, J.J (1989). Família-Escola uma Relação Vital. Porto. Editora. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 10 ed. 1983.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

FRIGOTTO, G. (1999) A produtividade da escola improdutiva: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social capitalista, 5 ed. São Paulo. Cortes.

GARCIA, Joe. Indisciplina na escola: algumas considerações sobre a dimensão preventiva. Resista Paranaense de Desenvolvimento. N. 95, Curitiba, jan./abr. 1999, p. 101-108.

GUIMARÃES, A. M A dinâmica da violência escolar: conflito e ambiguidade. Campinas Autores Associados, 1992.

LA TAILLE, Yves de. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Júlio. (Org.). Indisciplina na escola: Alternativas teóricas e práticas. 7. Ed., São Paulo: Summus, 1996, p. 09-23.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Disciplina: Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. Cadernos Pedagógicos do Libertad; volume 4, São Paulo. Libertad, 1995.

VIGOSTSKY, L.S. (1998) Formação Social da mente. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes. VIGOTSKY L. S: LURIA, A. R. (1996) Estudo sobre a história do comportamento.

WALLON, Henri Psicologia e educação da criança. Lisboa: Veja 1979.